

A cremação como escolha: o caso do contexto romeno

*Cremation as a choice: the case of the
Romanian context*

■
ROTAR, Marius. *History of Modern Cremation in Romania*. New Castle:
Cambridge Scholars Publishing, 2013. 480p.

Escrita pelo pesquisador romeno Marius Rotar, que esteve recentemente no Brasil para o “VII Congresso Imagens da Morte” - ocorrido em São Paulo, em fins de julho de 2017 –, “History of Modern Cremation in Romania” (História da Cremação Moderna na Romênia, em tradução livre) é uma obra de fôlego, resultado de uma série de levantamentos de fontes documentais romenas de forma a construir um quadro relativo à cremação naquele país, que realiza uma abordagem transdisciplinar em busca de seus impactos sociais e culturais. Apesar de o título informar que se trata de um caso particular, o autor consegue extrapolar o mero relato regional, oferecendo um panorama da prática no mundo e mostrando como seu país se encaixa nesse contexto, trazendo estatísticas e traçando comparativos.

O livro é organizado em seis capítulos, além da conclusão, dispostos em grande parte de maneira cronológica. O primeiro faz uma introdução ao tema da cremação, mostrando um apanhado geral sobre as publicações de estudos sobre a questão no mundo, além de apresentar dados que possibilitam comparar a Romênia com diversos outros locais no tocante à escolha pelo método de se dar destino aos cadáveres. Delineia também a metodologia utilizada em sua pesquisa de viés histórico, expondo as dificuldades

* Mestre pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAUUSP. Arquiteta e Urbanista. Docente no Instituto Federal de Minas Gerais em disciplinas relacionadas a Arquitetura e Paisagismo. CV: <<http://lattes.cnpq.br/3009176193523045>>.

de encontrar fontes documentais, principalmente do período comunista do país (entre 1947 e 1989). O segundo capítulo traz uma pesquisa relativa à cremação de corpos na região da atual Romênia desde tempos neolíticos. Através da revisão da literatura publicada, o autor procura demonstrar evidências ancestrais da escolha pela incineração dos corpos nas províncias que formariam o país e seu desenrolar histórico até o apagamento da cremação no meio social. O terceiro capítulo dá um salto temporal, tratando da introdução das primeiras ideias cremacionistas no seu caráter moderno, entre meados do século XIX e princípios do XX. O capítulo 4 discorre sobre o período Entreguerras. Os capítulos seguintes falam sobre a fase comunista e pós-comunista, esta última partindo de 1989 até os dias atuais. Nas considerações finais, procura entender a conjuntura contemporânea da Romênia, na qual existe apenas um único crematório em funcionamento para uma população de aproximadamente 22 milhões de habitantes.

Assim como aconteceu em diversos países europeus – e também no Brasil (Vidal, 2014 e 2015) –, os primeiros defensores da cremação de corpos na Romênia, em meados do século XIX, foram membros da elite social e intelectual, principalmente profissionais relacionados à medicina. O que se atribui em diversos casos ao início da medicina urbana, na qual a incineração dos cadáveres era vista sob aspecto utilitário. O autor nos mostra como a formação da primeira sociedade cremacionista romena, em 1923, foi fundamental para a defesa e divulgação da prática, cujas ações culminaram na construção do primeiro crematório do país, na capital Bucareste, em 1928. Este, levou o nome de Cenușa – cinzas, na tradução do romeno –, título homônimo à referida associação. Esta inauguração, entretanto, não ocorreu sem controvérsias e ativismos contrários, que se divulgavam por meio de jornais e revistas. O que não é inesperado quando se entende o contexto: a sociedade romena era – e ainda é até hoje – altamente influenciada pela Igreja Católica Ortodoxa, religião predominante no país. Esta, tem em seus preceitos total rejeição à escolha pela cremação, considerando-a uma atitude pagã. Acrescenta-se ainda que a Igreja Católica-Grega, que possuía certa representatividade na região da Transilvânia, também era contrária à prática.

Rotar pondera que os cremacionistas da época possuíam certo idealismo, podendo ser até considerados ingênuos, pois não previam que a Igreja poderia ter reações tão contrárias à proposta (p. 53). Observando o sucesso de seus companheiros de causa em outros países, eles acreditavam que paulatinamente o método seria aceito e se tornaria uma escolha comum na sociedade, assim como o enterro. O que não ocorreu. Esta rejeição Ortodoxa, contudo, não impediu que houvesse contradições e o autor nos mostra que por diversos momentos lideranças religiosas desta corrente acabaram por concordar de maneira não explícita com a incineração de cadáveres. Atitude que seria revelada por meio do consentimento em realizar cerimônias religiosas para fiéis falecidos que seriam posteriormente cremados. Além disto, mais de 80% das pessoas cremadas no período Entreguerras professavam a fé Ortodoxa em vida.

Retomando o tema relativo à abertura do crematório Cenușa, o autor destaca a repercussão da primeira cremação na mídia, demonstrando como foi um marco, semelhante ao que ocorreu em outros países contemporâneos quando da inauguração de seus primeiros crematórios. As reações decorrentes foram tanto a favor como contrárias e puderam ser



analisadas a partir de diversos periódicos da época. O curioso é que o defunto pioneiro não foi um falecido apoiador da causa cremacionista, mas sim um corpo não identificado, fornecido pelo departamento forense da prefeitura de Bucareste. Pode-se entender que havia também neste início de funcionamento de Cenuşa uma preocupação racionalista em relação ao tratamento dado aos corpos. Rotar informa que há documentos técnicos falando das primeiras cremações, com detalhes de temperatura do forno, tempo de queima do corpo, tipo de urna funerária.

O edifício que abrigava o crematório possuiu um projeto arquitetônico monumental. Assemelhado a um templo, foi instalado na área mais alta de Bucareste à época, com uma vista única da cidade. Segundo o autor, os cremacionistas procuraram “harmonizar o rito de cremação com o serviço religioso” buscando um design que possuísse um espírito de neutralidade de forma a aceitar todas as religiões (p. 100). A edificação possuía uma capela central destinada à cerimônia de cremação. Esta caracterizava-se por uma área de 200 m², com decoração em mármore, possuindo 100 assentos e uma espécie de altar destinado à urna que, após a cerimônia, era descida por um elevador hidráulico a um andar abaixo. Além disto, existiam duas galerias superiores que acabavam por somar 600 assentos em conjunto com a capela principal. Havia um domo central – segundo o autor, inspirado no da Basílica de Santa Sofia em Istambul, Turquia – com diâmetro de nove metros e altura de sete metros, possuindo 20 janelas laterais. Estas últimas deveriam ter vidros amarelados para que a incidência solar resultasse em um efeito dourado dentro do edifício, “evocando sentimentos de piedade e introspecção naqueles que testemunhassem as cerimônias” (p. 101).

Nota-se que, a partir das decisões arquitetônicas apresentadas, não havia o desejo de rejeição da dimensão religiosa, mas talvez uma vontade de que a cremação pudesse ser uma opção para qualquer pessoa, independentemente de sua fé. No edifício havia ainda um columbário, local para disposição das urnas cinerárias. Em 1931, também foi equipado com sistema de som a ser utilizado nas cerimônias. O autor destaca ainda um testemunho da época que relatou a “emoção profunda” que sentiu ao se ver a urna funerária descer no altar ao som da “Marcha Fúnebre” de Frederic Chopin.

Apesar de ser um empreendimento da associação Cenuşa, majoritariamente financiado pela mesma, o crematório contou com apoio, inclusive financeiro, da municipalidade (p. 225). Isto rendeu críticas à época, por parte de alguns cidadãos que diziam que o governo deveria se preocupar com outras urgências da população ao invés de abrir um crematório e que este se configurava como algo desnecessário e estranho às suas tradições. Em relação à incineração se configurar como a perda de uma tradição romena, Rotar sublinha a fala do arquiandrita Iuliu Scriban, que à época considerou a prática no país como uma “pálida e barata imitação do Ocidente” (p. 117). Neste sentido, o autor mostra que muitos anti-cremacionistas, principalmente sacerdotes, consideravam o método como “um ataque direto, calculado, à espiritualidade e identidade nacional romena” (p. 414).

A despeito da militância contrária à prática, o autor revela que, ainda minoritária, a escolha por esta opção teve certo aumento durante o período Entreguerras. Nesta época, a



sociedade Cenușa chegou a seu auge, participando de conferências no exterior e alcançando respeito e reconhecimento internacionais. Além disto, a sociedade romena pôde presenciar um amplo debate entre cremacionistas e inumistas em relação ao tema, por meio de publicações em jornais e revistas (p. 414). No período comunista que se iniciou por volta de 1947, o crematório foi imediatamente estatizado, tornando-se um estabelecimento público no mesmo ano que a sociedade Cenușa foi fechada, em 1948. Entretanto, ao invés de os números de cremação subirem, os mesmos caíram.

A partir deste dado, o autor problematiza a escolha do enterramento frente à cremação por parte dos comunistas que, a despeito de seu caráter agnóstico, se aproximavam das práticas cristãs. Mostra que, assim como a morte cristã, a morte comunista era uma tarefa coletiva e da comunidade, resultantes dos ideais de igualdade e fraternidade. Apesar de não acreditarem no pós vida, os comunistas davam importância à solenidade da cerimônia do tratamento dos corpos e do enterro. Em muitos casos, na Romênia, a cremação acabou sendo vista como inferior ao enterro, numa concepção identificada entre membros do Partido Comunista no período em que esteve no poder (p. 310). Para Rotar, a hierarquia comunista não tinha interesse em dispensar totalmente a cultura tradicional, nem golpear fatalmente a Igreja Ortodoxa Romena, pois tinha o intento de mantê-las para manipulá-las de acordo com seus propósitos (p. 416).

O segundo crematório na Romênia, Vitan-Bârzești, foi aberto também na capital Bucareste apenas em 1994, após o fim do regime comunista. Foi empreendido não por cremacionistas, mas por iniciativa pública local. Diferente do caso de Cenușa, sua abertura não provocou os escândalos e controvérsias ocorridos quando da inauguração do primeiro crematório. Sua localização é privilegiada na cidade e o edifício abriga uma variedade de símbolos cristãos que, segundo o autor, “tem um importante papel em domesticar a cremação” (p. 370). Todavia, a Romênia possuiria dois crematórios por pouco tempo, pois o pioneiro Cenușa foi fechado em 2002. Oficialmente, esta ação foi justificada devido à falta de filtros nas chaminés de seus fornos. Ideia questionada por Marius Rotar, que argumenta em torno da existência de possíveis conspirações para seu fechamento. Após o encerramento das atividades, o edifício não recebeu manutenção e começou a deteriorar-se, mantendo apenas a função de columbário.

Atualmente, apenas uma parcela muito reduzida da população romena ainda opta pela cremação. Realidade que pode ser atribuída, segundo o autor, não somente à já citada herança cultural promovida pelos cristãos Ortodoxos e a uma sociedade pouco secularizada, mas também à baixa quantia de romenos cremacionistas dispostos a lutar pelo avanço do campo e à falta de interesses de autoridades públicas em construir crematórios. Além disto, apesar de ser um método atualmente mais barato que o enterramento, o traslado dos corpos de outras cidades até Bucareste acaba por encarecer esta opção. Ressalta-se que todos estes fatores acima apresentados, não devem ser vistos de forma separada, pois podem por vezes se mostrar interligados. Rotar, contudo, advoga a favor da cremação, apontando-a como uma solução para a crise de espaço urbano para enterramento, crise esta que leva à existência



de transações ilegais de vendas de locais para enterro (Teodorescu, 2014, p. 296). O autor é um defensor da prática, sendo criador e atual presidente da Amurg, a Associação Romena de Cremação, além de trabalhar ao lado de companheiros da indústria funerária ajudando a promover um crematório que será aberto na região da Transilvânia.

A leitura deste trabalho nos provoca a refletir também sobre a prática em nosso próprio contexto brasileiro. Em relação à Romênia, o Brasil se mostra ainda mais tardio na abertura de um crematório, tendo sua primeira unidade sido criada apenas em 1974, fruto da iniciativa pública: o Crematório Municipal de São Paulo. Apesar da baixa procura inicial, com o passar dos tempos, se disseminaram estabelecimentos do tipo, existindo atualmente mais de 40 crematórios espalhados pelo país (Santos, 2015), acompanhando a tendência dos países ocidentais de modo geral, mas não no contexto Romeno. Apesar da baixa popularidade inicial da cremação brasileira, esta não teve fortes movimentos oficiais contrários à sua implantação, no último quartel do século XX, além de não possuir veto da religião católica predominante no país (FOLHA DE SÃO PAULO, 1974), uma vez que esta corrente religiosa passou a aceitar a cremação desde 1963 (Prothero, 2011). Já no contexto romeno, segundo Rotar, a Igreja Ortodoxa ainda se mostra proibitiva e, como a sociedade é pouco laica, isto se torna um dos fatores chave para o não crescimento do interesse pela prática.

Assim, mesmo havendo uma Sociedade Cremacionista Romena, esta acaba tendo pouca adesão, não propagando de maneira significativa o tema, ao passo que, no Brasil, mesmo não havendo uma sociedade cremacionista, a escolha pela opção vem se mostrando crescente, pois diversos comportamentos sociais se modificaram ao longo dos tempos. Adriano Favole (2015), ao discutir a cremação em países de raízes católicas como a Itália e França, aponta que a Igreja Católica Apostólica Romana, apesar de seu interdito por séculos, vem mostrando aproximações em relação à prática, de maneira que hoje em dia “adapta seus próprios ritos” a esta “nova sensibilidade” (p. 71). Além disto, Favole considera a cremação como fator decisivo de uma “revolução ritual” em relação à morte no Ocidente. Na Romênia, parece ainda não se notar esta “revolução ritual”. A justificativa de se mostrar como uma solução benéfica para o problema da falta de terras urbanas para enterramentos não a torna mais aceita e palatável para uma cultura que predominantemente vê a prática como algo ainda exótico. É mais um exemplo de que a destinação dos mortos foge ao viés unicamente utilitário, resultando de modos de ver o mundo e de contextos culturais complexos.

Referências Bibliográficas

FAVOLE, Adriano. Cremação na Itália e na França: reflexões sobre as causas e implicações de uma revolução ritual. Tradução Hugo Ricardo Soares. *Debates do NER*, ano 16, n. 28, p. 177-194, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/viewFile/61273/36190>. Acesso em: 15/11/2016.



FOLHA DE SÃO PAULO (FSP). O crematório, já oficialmente. *Folha de São Paulo*, 10 de agosto de 1974.

PROTHERO, Stephen. *Purified by fire: A history of cremation in America*. Berkeley: University of California Press, 2001.

SANTOS, Aline Silva. *Morte e Paisagem: os jardins de memória do Crematório Municipal de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. 349p.

TEODORESCU, Adriana. Upon the Imaginary of Cremation in Romania: A Case Study: "Why Would I Choose Cremation?" Essay Contest. In: ROTAR, Marius; TEODORESCU, Adriana; ROTAR, Corina (org.). *Dying and Death in 18th-21st Century Europe: Vol. 2*. New Castle: Cambridge Scholars Publishing, 2014.

VIDAL, Monique Leone Cunha. Cremação como proposta higiênica. O debate entre os médicos da Academia Imperial de Medicina no Brasil Imperial. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*. (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 28 julho-1 agosto de 2014) Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula; Fiocruz, p 1-11, 2014.

VIDAL, Monique Leone Cunha. *A febre amarela, os médicos e a cremação de cadáveres no Rio de Janeiro das décadas de 1870 e 1880*. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO, Rio de Janeiro, 2015. 198p.

Recebido em: 21 de novembro de 2016

Aprovado em: 31 de dezembro de 2016

